

PARA COMPREENDER O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: REVISITANDO ROBERT CASTEL

Teixeira Caio PENKO¹

RESUMO: Este artigo discute a recente produção teórica sobre o mundo do trabalho contemporâneo e, em especial, busca responder duas questões apresentadas por José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana, no artigo intitulado *Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, em que envolvem os novos sentidos do trabalho. Para tanto, tem-se por referência a abordagem analítica de Robert Castel, com destaque para sua obra intitulada *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, em diálogo com outros teóricos do tema. O próprio sentido do trabalho coloca-se, desta forma, em discussão diante das peculiaridades que refletem a recente dinâmica do capitalismo flexível.

PALAVRAS-CHAVE: Nova questão social. Mundo do trabalho. Robert Castel.

INTRODUÇÃO

A máquina acomoda-se à fraqueza do homem, para converter o homem fraco em máquina (MARX, 1985, p.17, grifo do autor).

A conjuntura socioeconômica da sociedade capitalista urge por análises críticas capazes de contribuir para alguns avanços teóricos relevantes e em estudos históricos significativos sobre o estatuto do trabalho na sociedade contemporânea. Assim, diante de uma tarefa nada fácil e trivial, a compreensão das dinâmicas que caracterizam o papel do trabalho tanto como categoria ontológica quanto sua dimensão psicossocial, a partir de uma perspectiva histórica, colocam-se alguns autores consagrados pela literatura dessa temática de investigação. Não sendo o caso de retomar a vasta produção da área e todas as diversas contribuições teóricas e analíticas no tocante ao mundo do trabalho, ainda assim, nos parece fundamental, expor alguns aspectos centrais consagrados por autores de referência na literatura para o entendimento das idiosincrasias do mundo do trabalho.

A proposta do presente artigo consiste, pois, em cotejar diferentes concepções contextuais sobre as mudanças no mundo do trabalho, mais detidamente nas transformações contemporâneas e, em especial, busca-se ressaltar a rica produção teórico-crítico do sociólogo

¹ Especialista em Políticas Públicas do Governo do Estado de São Paulo - Graduando em Filosofia. USP - Universidade de São Paulo. Faculdade de Ciências Filosofia e Letras. Graduação em Filosofia. São Paulo – SP - Brasil. 05508-900 - caiopenko@gmail.com

francês Robert Castel², tratando-se especificamente da sua importante obra intitulada *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (2003) na tentativa de fornecer respostas aos questionamentos propostos por José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana (2003), que analisam o processo de reestruturação produtivo e as relações de trabalho na atualidade, no artigo *Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, a saber:

Que características vai assumindo uma sociedade que vinculou grande parcela de sua sociabilidade ao trabalho e agora prescinde dele, atribuindo-lhe um papel secundário? Durante muito tempo, foi a partir do trabalho que se difundiram movimentos universalizantes de direitos para toda a sociedade. Será a sociedade capitalista capaz de formular novos direitos inclusivos, agora que anuncia não precisar tanto dos trabalhadores, ou continuará acelerando o passo atual em direção a novas desigualdades e ao aumento da exclusão? (SANTANA; RAMALHO, 2003, p.24).

O intuito deste artigo é, portanto, desenvolver considerações analíticas sobre o mundo do trabalho estudando-se suas vicissitudes, características efêmeras e, por vezes, transitórias que emergem num dado momento histórico, na tentativa de estabelecer uma possível aproximação de resposta as perguntas aqui propostas, tendo para tanto como de apoio uma breve revisão bibliográfica e, mais particularmente, a discussão das respostas anteriormente propostas com base na clássica obra de Robert Castel.

O mundo do trabalho: breves considerações necessárias

O mais urgente é mudar nosso olhar para apreender a discernir no mundo que morre e que se transforma as sementes de outros mundos possíveis. (GORZ, 2004, p.35).

A compreensão das dimensões do trabalho enquanto categoria analítica exige um entendimento de que para além de um estatuto ontológico, esse conceito é operacionalizado dentro de um determinado contexto sócio-histórico de *modo de produção*, sob bases do comportamento humano. Desta forma, o que se pretende é apurar o escopo de análise do mundo do trabalho que advém do desafio de combinar dupla perspectiva, isto é, conceber a centralidade do trabalho na formação do sujeito e também, a noção do valor do trabalho como fenômeno psicossocial e cultural decorrente de um processo histórico de relações de poder.

² Sociólogo, professor e diretor da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, Paris, França.

Subjaz um complexo contexto de interesses ideológicos e pragmáticos múltiplos, em constante interação.

No arcabouço teórico aqui utilizado, há o apego de se iniciar as considerações sobre o trabalho a partir da preeminência do pensamento proposto por Marx. Da ótica marxiana, a categoria o trabalho possui uma importância peremptória para a fundamentação teórica que este consiste em colocá-lo como dimensão fundante do ser social (MARX, 2007). Marx consagra a afirmação do estatuto do trabalho como referência humanizadora e evidenciadora de seu caráter histórico e explicativo das relações sociais³.

A herança de Marx nos estudos relativos ao mundo do trabalho coloca-o como leitura obrigatória e esclarecedora das problemáticas que envolvem a temática. Mas de qualquer forma, sabe-se que a produção marxiana não encerra as questões que envolvem o trabalho. No processo histórico de afirmação da reprodução capitalista, o mundo do trabalho assume um papel crucial, ao traduzir tanto um espaço de experimentação da interação social quanto da subjetividade do ser, sabendo que

O problema do capitalismo é que, aqui como em qualquer parte, ele destrói as possibilidades humanas por ele criadas. Estimula, ou melhor, força o auto-desenvolvimento de todos, mas as pessoas só podem desenvolver-se de maneira restrita e distorcida. As disponibilidades, impulsos e talentos que o mercado pode aproveitar são pressionados (quase sempre prematuramente) na direção do desenvolvimento e sugados até a exaustão; tudo o mais, em nós, tudo o mais que não é atraente para o mercado é reprimido de maneira drástica, ou se deteriora por falta de uso, ou nunca tem uma chance real de se manifestar. (BERMAN, 1996, p.94-95).

Observaremos, por exemplo, diante de circunstâncias mais recentes, que o mundo do trabalho coloca-se diante de novas e significativas mudanças para sua operacionalização subjugada a novos paradigmas para a lógica de acumulação capitalista. Como aponta Braverman (1981) na sua análise sobre as exigências e conseqüências para adaptação do trabalhador aos parâmetros de produção capitalista e, assim, as implicações decorrentes de tal situação, ressalta que a medida mais drástica que impacta no mundo do trabalho, foi a divisão determinada pelo modo capitalista de produção, isto é,

A novidade disto durante o século passado residiu não na existência separada

³ Para uma visão problematizadora da noção proposta pelo pensamento marxiano, ver Arendt (1981). Para designar o conceito de trabalho, nos termos em que propõe, Arendt (1981) consagra-se forjando a noção de *vita activa*. Sem adentrar em detalhes, segundo a autora “O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. [...] A condição humana do trabalho é mundanidade.” (ARENDR, 1981, p.15).

de mão e cérebro, concepção e execução, mas no rigor com a qual são divididas uma do outro, e daí por diante sempre subdivididas, de modo que a concepção seja concentrada, tanto quanto possível, em grupos cada vez mais restritos dentro da gerência ou intimamente associados com ela. Assim, ao estabelecer relações sociais antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos humano. (BRAVERMAN, 1981, p.113).

No contexto do capitalismo industrial, podemos acrescentar outra importante modificação, isto é, surge a noção e o desenvolvimento da gerência científica que se preocupa em compreender e criar mecanismos de adequação do trabalhador no exercício de sua respectiva função. O que chama atenção, para Braverman (1981), é justamente que se faz necessária, em cada geração e na especificidade do tempo histórico desta mesma, a socialização organizacional possui um enfoque visando adequar a força de trabalho diante do quadro de mudanças dinâmicas da produção capitalista, nos seus modos de dominação e exploração. O antagonismo entre as classes permanece, todavia, esse antagonismo está imerso em determinados momentos históricos que fazem com que a relação capital e trabalho interajam – ainda que estruturalmente antagônica – a conservar sempre a continuidade da reprodução capitalista, que permitem redefinir a tensão entre classes e, num movimento contínuo, reorientando as formas de submissão do trabalho em relação ao capital. Em um importante trecho, temos que

A necessidade de ajustar o trabalhador ao trabalho em sua forma capitalista, de superar a resistência natural intensificada pela tecnologia mutável e alternante, relações sociais antagônicas e a sucessão de gerações, não termina com a “organização científica do trabalho”, mas se torna um aspecto permanente da sociedade capitalista. (BRAVERMAN, 1981, p.124).

Em cada momento histórico, assiste-se no capitalismo ao estabelecimento de diferentes formas de subordinação da classe trabalhadora. Desta maneira, o processo de trabalho acaba por manipular a relação do conhecimento com o trabalhador, em distintas circunstâncias, na prática diária de seu ofício. A **gerência científica**, como aponta Braverman (1981), assume definitivamente um aspecto central de gestão disciplinadora da força de trabalho e promove, dentre outros aspectos, a alienação⁴.

⁴ Não nos interessa o aprofundamento do processo de alienação, mas cabe esclarecer que “A atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a “consciência alienada” é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho [...] A atividade produtiva é, então, atividade alienada quando se afasta de sua função apropriada de mediar humanamente a relação sujeito-objeto entre homem e natureza, e tende, em vez disso, a levar o indivíduo isolado e reificado a ser reabsorvido pela “natureza”.” (MÉSZAROS, 2006, p.80-81).

Os estudos de Marglin (1996) objetivam analisar a divisão do trabalho capitalista. Segundo o autor, a divisão do trabalho decorre da necessidade e conveniência de permitir ao capitalista a função de **coordenação no processo de produção** e deste modo, as decisões estratégicas e fundamentais, estão circunscritas no escopo de poder do seu papel, **retirando** do trabalhador tais características pertencentes até outrora. O que deve estar claro é que, justamente, o foco de toda organização do trabalho capitalista está alicerçada na busca com avidez pelo crescimento da taxa de lucro; o imperativo da acumulação.

Se por um lado, a hierarquia não foi inventada pelo capitalismo, de outro é no capitalismo que a hierarquia assume uma forma de **dominação** através do **controle e fiscalização** da classe trabalhadora, para assegurar o lucro. Assim, temos que

Nem hierarquia nem divisão do trabalho nasceram com o capitalismo. A divisão *social* do trabalho, a especialização das tarefas é uma característica de *todas* as sociedades complexas e não um traço particular das sociedades industrializadas ou economicamente evoluídas; basta pensar na divisão do trabalho em castas e na hierarquia que a acompanha, na sociedade tradicional hindu. A divisão técnica do trabalho, tampouco, é exclusiva do capitalismo ou da indústria moderna. [...] O que devemos esclarecer é porque a divisão do trabalho de tipo corporativo sucumbiu à divisão do trabalho de tipo capitalista, na qual a tarefa do trabalhador tornou-se tão especializada e parcelada, que ele não tinha praticamente mais produtos para vender e, em consequência, devia submeter-se ao capitalista para combinar seu trabalho com o dos outros operários e fazer, do conjunto, um produto mercantil. (MARGLIN, 1996, p. 68, grifo do autor).

Outro ponto importante refere-se ao tempo, ou seja, “A economia de tempo implica a **separação** das tarefas e a **duração** de uma atividade; e não a **especialização**” (MARGLIN, 1996, p.45). Ora, neste sentido, outro aspecto abordado pelo autor sobre a especialização no capitalismo e o impacto na classe trabalhadora, é que

Do mesmo modo, o desenvolvimento de um sistema industrial baseado sobre a mediação do capitalista não prova que o fracionamento das tarefas separadas tenha sido tecnologicamente superior à sua combinação pelo próprio produtor. Não é porque era o único capaz de combinar os trabalhos dos operários que o capitalista pôde enriquecer à custa dele; mas, pelo contrário, porque ele mesmo os tinha levado à incapacidade de exercer a função que ele queria para si. (MARGLIN, 1996, p.49).

Conforme o entendimento vigente de interpretação do surgimento das fábricas advoga-se que era necessário para o fortalecimento e expansão da **superioridade tecnológica**, sendo a fábrica garantia de um espaço de produção central e hegemônico. Marglin (1996) alerta, contudo, que essa visão não condiz com a realidade, na medida em que obscurece o fato de a

fábrica aparece, antes de tudo, como um espaço de organização disciplinar sobre a classe operária, dando-lhes as formas necessárias para lidar com as exigências das lógicas de produção capitalista. Dito de outra maneira:

Assim, a tese que vamos defender será: a concentração dos operários nas fábricas foi um conseqüência lógica do *putting-out system* (ou, se se quiser, de suas contradições internas) e seu sucesso não tinha muito a ver com a superioridade tecnológica das grandes máquinas. O segredo do sucesso da fábrica, o motivo de sua adoção, é que ela tirava dos operários e transferia aos capitalistas o controle do processo de produção. Disciplina e fiscalização podiam reduzir os custos, na falta de uma tecnologia superior. (MARGLIN, 1996, p.59).

Como foi dito, a **disciplina e a fiscalização** são marcos que caracterizam a predominância do espaço fabril de produção capitalista em um determinado momento histórico da relação capital/trabalho. O problema, no entanto, reside no entendimento de que se assumimos a superioridade tecnológica como desdobramento “natural” da evolução científica, a fábrica então se torna, mais uma das conseqüências dessa evolução. Para Marglin (1996, p.68) o destaque está em que

Podemos notar que a disciplina e a fiscalização da fábrica nada tinham a ver com a eficácia, pelo menos, no sentido em que tal termo é usado pelos economistas. Disciplinar a força de trabalho significava que se aumentavam as quantidades produzidas, pelo aumento do trabalho fornecido, enquanto a produtividade do trabalho permanecia a mesma. A fiscalização da mão-de-obra na medida em que não se confundia com a disciplina – simplesmente reduzia o salário real: fazendo cessar os desvios de mercadoria e outras formas de fraudes modificavam-se a divisão do bolo, a favor dos capitalistas. No modelo concorrencial é impossível melhorar a posição de um indivíduo ou se um grupo, à custa dos outros. Mas a história das relações patrões-operários no *putting-out system* desmente o modelo concorrencial. O desvio de mercadorias e as outras formas de fraude eram pequenas manifestações de um “poder compensador”. A fábrica pôs um fim definitivo, ao mesmo tempo, à “desonestidade” e à “preguiça”.

Em suma, como expõe o autor, a fábrica é uma forma de organização do trabalho capitalista que permite de maneira específica e intensa, a **fiscalização e controle** sob a classe trabalhadora. Permitindo deste modo, a criação de uma instituição capaz de disciplinar de acordo com as necessidades de produção material capitalista e objetivando – inexoravelmente – a busca pela maximização do lucro. A fábrica foi, assim, esse espaço de experimentação de formas de dominação - controle e fiscalização - de uma classe sobre a outra, determinando de maneira definitiva a organização da vida material. Por fim, deve-se ressaltar o quadro do fortalecimento do capitalista foi no *putting-out system* um momento histórico de transição –

não isento de conflitos e formas de enfrentamento – para a consolidação da hegemonia capitalista.

Para Harvey (1992), o sistema organizacional compreendido como fordismo impôs parâmetros ordenadores tanto da força de trabalho quanto outras instituições para a dinâmica capitalista industrial e que, assim, pretendia criar um novo tipo de homem coerente com as novas dimensões dos hábitos exigidos para sua lógica de produção. Sua perspectiva dialoga com o entendimento de que

[...] na prática, as pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais) aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas, afetam de modo vital a dinâmica do capitalismo. (HARVEY, 1992, p.118).

Assim, existe um arranjo que se articula de determinada forma, em consonância com um período histórico específico, para a estabilização das condições de produção capitalista. Com isso,

[...] a familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. [...] A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. (HARVEY, 1992, p.119).

Sennett (2009) apresenta uma relevante abordagem interpretativa e explicativa sobre as mudanças do ambiente do trabalho contemporâneo, assim entendidos como conseqüências psicossociais que impactam na formação do caráter. Os novos arranjos determinados pela **flexibilização** do capitalismo desregularam características outrora estruturantes ao modelo capitalista anterior, em especial nas formas pelas quais a acumulação e controle da classe trabalhadora se efetuavam. Surgem, assim, num contexto socioeconômico associado a alterações importantes, mudanças nas dinâmicas das relações de trabalho e por extensão, na formação do caráter do trabalhador. A corrosão do caráter é, neste sentido, um desdobramento de mudanças no caráter do trabalhador, na inauguração de um novo tipo de capitalismo, circunscrito nos anos recentes, de que a concepção do trabalho está cerceada por novos paradigmas organizacionais, cedendo espaço para novas formas de comportamento como um eixo psicossocial visível em vários contextos do mundo do trabalho, emergindo uma formação de outro caráter com outras características. Segundo o autor,

É a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho. Transposto para área familiar, “Não há longo prazo” significa mudar, não se comprometer e não se sacrificar. (SENNETT, 2009, p.25).

A falta de uma perspectiva de longo prazo impossibilita **laços fortes** dentro da organização, afetando diretamente a **confiança** entre os sujeitos que compõe esta organização. Por isso tão logo, o curto prazo corrói o caráter do comportamento rígido, a orientação durável não faz mais sentido para manter as contemporâneas relações sociais, os valores como lealdade, compromisso, propósito (SENNETT, 2009, p.31) que já não mais servem de referência de expectativa e conduta social.

O movimento-tempo tornou aos poucos a preocupação central para a produtividade, se fazia necessário adequar o tempo do trabalhador as novas atividades de seu escopo profissional, com cada vez mais precisão, desenvolveu-se assim o tempo-métrico. A rotina é hoje um elemento transacional, ou seja, seus impactos estão em discussão para uma flexibilidade crescente, mas não necessariamente menos impactante do ponto de vista da influência na formação do caráter. Assim,

Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forcas que dobram as pessoas. [...] A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam. (SENNETT, 2009, p.53-54).

Deste modo, a flexibilidade configura três modos de poder: i) **reinvenção descontínua das instituições;**

A pedra angular da prática administrativa moderna é a crença em que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva que as hierarquias piramidais, como as que governam a era fordista. A junção entre nódulos na rede é mais frouxa; pode-se tirar uma parte, pelo menos em teoria, sem destruir outras. O sistema é fragmentado; aí está a oportunidade de intervir. Sua própria incoerência convida nossas revisões. (SENNETT, 2009, p.55).

E continua com a característica entendida como **especialização flexível da produção** “O ingrediente de mais forte sabor nesse novo processo produtivo é a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições [...]” (SENNETT, 2009, p.60); e, por fim, a noção da **concentração de poder sem**

centralização, ou seja,

[...] é uma maneira de transmitir a operação de comando numa estrutura que não mais tem a clareza de uma pirâmide – e a estrutura institucional se tornou mais complexa, não mais simples. Por isso a palavra “desburocratização” é enganadora, além de desgraciosa. Nas modernas organizações que praticam a concentração sem centralização, a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe. (SENNETT, 2009, p.65).

A flexibilidade como aspecto político e econômico gera desordem nas dinâmicas organizacionais, elemento letárgico em que mergulha a subjetividade do trabalhador. A flexibilidade como categoria analítica é, como não poderia deixar de ser no sistema capitalista, mas uma forma de manifestação de poder, controle e dominação no âmbito das relações de trabalho: um paradigma em prol do **novo capitalismo**.

Percebe-se um novo olhar da administração no cotidiano organizacional, atuando moralmente na vida do trabalhador. A reestruturação das empresas nos moldes *do novo capitalismo* institui na cultura organizacional, outro tipo de relação capital/trabalho. O fluxo de mão-de-obra global modifica os padrões profissionais, ou seja, a vulnerabilidade no mundo do trabalho está arraigada, nas atuais, com as formas de emprego, já que “[...] a psique permanece num estado interminável de vir a ser – um eu jamais acabado. Nessas circunstâncias, não pode haver uma narrativa de vida coerente, um momento esclarecedor de mudança iluminando o todo.” (SENNETT, 2009, p.159). Neste sentido, a narrativa do tempo coloca-se em modificação diante das transformações do capitalismo de acumulação flexível, diretamente no que tange aspectos do ambiente do trabalho, pois

[...] um eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências de trabalho de curto prazo, as instituições flexíveis e ao constante correr de riscos. Mas há pouco espaço para compreender o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma montagem de fragmentos. Tampouco há qualquer espaço para avaliar a gravidade e a dor do fracasso, se o fracasso é apenas mais um incidente. (SENNETT, 2009, p. 160).

Este cenário proposto pelas modificações das forças produtivas estão indissociavelmente articulados com as relações de trabalho, tornando o caráter do empregado cada vez mais flexível e fragmentado, dado que

O regime flexível talvez pareça gerar uma estrutura de caráter constantemente “em recuperação”. Acontece, porém, que a flexibilidade como característica hegemônica da economia esbarra nas realidades locais da geografia social e cultural dos territórios em que se inserem, “O lugar tem poder, e a nova economia poder ser restringida por ele”. (SENNETT, 2009,

p.165).

O **novo capitalismo** gera alterações nos funcionamentos cotidianos dos modos de estabelecer relações de confiança entre os interlocutores, assim o empreendimento coletivo na possibilidade de ação transformativa enfraquece o novo capitalismo “Corrói a confiança e o compromisso mútuos, e a ausência desses laços ameaça o funcionamento de qualquer empreendimento coletivo.” (SENNETT, 2009, p.169).

Por isso, o contexto e as estruturas sociais redefinem os tipos de laços de confiança entre sujeitos imersos num capitalismo que condiciona em larga medida o modo de ser destas pessoas, no tocante ao tempo vivido em outrora no capitalismo. Para o autor, o conflito torna-se base mais realista como meio de lidar e compreender o corpo de modificações capitalistas do tempo presente, na flexibilidade e fragmentação das novas formas de controle e acumulação deste sistema. Assim, podemos concluir que, sustentado pela visão crítica proposta por Sennett (2009, p.176) “Mas sei que um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo.”

De forma bastante particular, Gorz (2004), compreende que as modificações tecnocientíficas típicas do **pós-fordismo**, destacando-se o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação, colocam o homem numa centralidade histórica peculiar, se distinguindo no processo produtivo como recurso humano, “O homem-capital-mais-precioso só é homem se pode funcionar como capital” (GORZ, 2004, p.14). Notamos que a interação social e a busca da formação da identidade está articulada num complexo contexto do mundo do trabalho que se transforma e modifica formas vigentes de proteção social, sendo tal cenário determinado

Pela instabilidade, volatidade, flexibilidade, inconstância, inconsistência que produz em todos os campos, no material e imaterial, o pós-fordismo produz também as condições ideológicas e culturais de sua dominação sobre os trabalhares “implicados”. (GORZ, 2004, p.53).

A revisão – breve e sistemática - de apenas algumas pontuais contribuições destes autores nos permite vislumbrar que o capitalismo recria-se, impelido por transformações significativas no regime de acumulação, e ao fazê-lo, recria também o mundo do trabalho, configurando-o sob novos termos, paradigmas e sentidos. O processo histórico de consolidação da ordem capitalista coloca ao ambiente do trabalho diante da necessária e recorrente necessidade de adaptação da classe trabalhadora, dando uma nova orientação

sustentada, no tempo recente, pela flexibilidade. Assim, apoiados na revisão aqui apresentada, é possível afirmar que presenciamos a intersubjetividade do trabalhador, o cotidiano organizacional e a interação social sob um processo de resignificação.

Revisitando Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário

O trabalho continuará sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm. (CASTEL, 2003, p.578).

Em *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* Robert Castel problematiza, a partir da análise do mundo do trabalho e sua dimensão de construção no tempo (constituição da lógica econômica e relações de solidariedade), o processo de vulnerabilidade que atua e caracteriza os modos de socialização contemporânea. Para o autor, o trabalho se apresenta como elemento estruturante da sociedade capitalista e serve de categoria analítica essencial para reflexão e crítica. Neste sentido, vale destacar que a consolidação da construção histórica da sociedade salarial torna-se interface que cristaliza da maneira definitiva a questão social atual⁵. Portanto, Castel procura compreender as manifestações de instabilidade social e a respectiva relação com a precariedade econômica; tem-se, então, a crítica do tempo presente e o questionamento do devir do sistema frente às alterações postas.

Esta é, pois, a questão social para Castel (2003, p.41): os motivos que colocam em risco a coesão social (relações de interdependência) diante do eixo sustentado pela sociedade salarial, ou seja, “[...] a questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto.” Importa nesta obra realizar aproximações desta questão social, fundamentando-se num diagnóstico das transformações econômicas e sociais recentes do capitalismo. Esta é, em termos gerais, o desafio de Robert Castel.

⁵ Destacamos que, para o autor, “Se a história ocupa um lugar importante nesta obra, é da *história do presente* que se trata: o esforço de reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira.” (CASTEL, 2003, p.23, grifo do autor).

“Que características vai assumindo uma sociedade que vinculou grande parcela de sua sociabilidade ao trabalho e agora prescinde dele, atribuindo-lhe um papel secundário?”

Toda a organização da temporalidade social foi conturbada, e todas as regulações que comandam a integração do indivíduo em seus diferentes papéis, tanto familiares quanto sociais, tornaram-se mais flexíveis.
(CASTEL, 2003, p.572).

Na concepção de Castel (2003), o trabalho consiste no suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, estabelecendo assim a constatação de que existe uma forte relação entre o lugar ocupado na *divisão social do trabalho* e a participação nas *redes de sociabilidade*, em especial nos sistemas de proteção social. Este cenário constitui os desafios da perpetuação da *coesão social* (sociabilização e formas de integração sustentadas pelo trabalho).

Na argumentação de Castel, a sociedade salarial passa por mudanças decorrentes da dinâmica imposta pelo capitalismo flexível, assumindo características que alteram a sociabilidade anunciada pelo mundo do trabalho, mais especificamente o autor destaca três: i) desestabilização dos estáveis; ii) instalação na precariedade e; iii) déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. A *desestabilização dos estáveis* (precarização de algumas áreas de emprego) resulta em uma crescente vulnerabilidade social diante das novas exigências tecnológico-econômicas (CASTEL, 2003). Já a *instalação na precariedade* se refere a uma resposta social à flexibilidade, caracterizado pela alternância entre a atividade e inatividade diante da incerteza do amanhã (CASTEL, 2003). E por último, o *déficit de lugares ocupáveis* na estrutura social compõe a restrição aos trabalhadores que perdem sua utilidade social e o reconhecimento público desqualificando-os político e civicamente (CASTEL, 2003).

Diante deste cenário, percebe-se que uma de suas conseqüências é o processo de desfiliação, isto é, “[...] a exclusão não é ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo [...]” (CASTEL, 2003, p.568-569) dos indivíduos, como a perda das relações de proteção social, tanto na dimensão material quanto simbólica. A fragilização do pertencimento se dá diante da “reabilitação da empresa como o novo imperativo categórico a que a sociedade inteira deve se conformar-se” (CASTEL, 2003, p.561). Esse contexto apontado pelo autor indica que a condição que estabilidade que regia a sociedade salarial se apresenta agora em outras formas protagonizadas pela flexibilização, com formas de precarização e novos regimes de

contratação no mundo do trabalho, isso implica em dizer que a sociabilidade está em processo de reelaboração, e ao que parece a vulnerabilidade social ganha espaço neste cenário.

Será a sociedade capitalista capaz de formular novos direitos inclusivos, agora que anuncia não precisar tanto dos trabalhadores, ou continuará acelerando o passo atual em direção a novas desigualdades e ao aumento da exclusão?

A sociedade salarial é uma construção histórica que sucedeu a outras formações sociais; não é eterna. Entretanto, pode permanecer uma referência viva, porque realizou uma montagem não igualada entre trabalho e proteções. (CASTEL, 2003, p.580).

Nesta citação, podemos constatar que as transformações recentes no mundo do trabalho anunciam a resignificação da identidade do trabalhador no capitalismo flexível moderno, que acompanha as dinâmicas atuais de salário e emprego caracterizadas pela *vulnerabilidade social, desfiliação, precariedade e desemprego*. O trabalho assalariado como edifício social (alicerce sociológico) é uma formação social que fundamenta a democracia ocidental, dado que “[...] o trabalho continua sendo o principal fundamento da cidadania enquanto esta comporta, até em prova contrária, uma dimensão econômica e uma dimensão social.” (CASTEL, 2003, p.580).

Segundo Castel (2003, p.601), a condição do trabalho assalariado não pode continuar a funcionar do mesmo modo diante das condições da sociedade contemporânea, “As transformações que se dão no sentido de maior flexibilidade, tanto no que se refere ao trabalho quanto extratrabalho, têm sem dúvida um caráter irreversível.” A visão do autor tem como representação-limite o *individualismo negativo*⁶, isto é, a ausência clara do pertencimento coletivo configurando a dessocialização do sujeito aos laços sociais definidos pelas regulações tradicionais outrora vigentes.

A construção de uma nova ordem de proteções capazes de responder as exigências da divisão social do trabalho na articulação do indivíduo-coletivo, principalmente diante do esgotamento - a partir de 1970 - do modelo de proteção social. A resposta para Castel reside

⁶ De acordo com o autor, destacamos o conceito: “Individualismo “negativo”, porque se declina em termos de falta – falta de consideração, falta de seguridade, falta de bens garantidos e de vínculos estáveis” (CASTEL, 2003, p.598).

no poder público⁷, dado que “a única instância capaz de construir pontes entre os dois pólos de individualismo e impor o mínimo de coesão social” (CASTEL, 2003, p.610) e na emergência de um *Estado estrategista*, capaz de acompanhar e intervir nos processos de individualização, uma vez que “não há coesão social sem proteção social” (CASTEL, 2003, p.610). Deste modo, o autor insiste que presenciamos – ainda que se deva ponderar que o foco analítico desta obra centra-se na França e o contexto europeu da época – novas formas de desigualdades e, portanto, do aumento da exclusão. Mas aponta Castel, firma-se a centralidade da proteção social como recurso que deve ser salvaguardado pelo Estado como mecanismo para buscar a continuidade da coesão social. A ausência da intervenção estatal com vistas à promoção da proteção social coloca-nos, segundo o autor, num encaço de devir problemático.

Considerações finais

Cada autor não é tratado aqui de forma minuciosa e pormenorizada. O objetivo foi, pois, apresentar um arcabouço teórico analítico para se compreender questões que envolvem o mundo do trabalho, a partir das diversas contribuições. Com isso, nos parece oportuno advogar a favor da importância de se incorporar o entendimento de que provém das novas formas de acumulação do processo produtivo capitalista o impacto determinante nas relações de trabalho.

Os trabalhadores constituem parte integrante que não pode ser negligenciada, atuando na interação histórica que se deparam como sujeitados a novos paradigmas, ao domínio da expansão capitalista flexível que configura o novo capitalismo. Assim, a condição eminentemente característica do atual momento sócio-histórico que preside à narrativa intersubjetiva do trabalhador assume importância que se reveste, para o mundo do trabalho, na redefinição psicossocial do estatuto do trabalho na contemporaneidade. Isso implica em dizer que as transformações aqui sucintamente analisadas, enunciam a problematização dos limites e possibilidades da coesão social.

**UNDERSTANDING THE WORLD OF LABOR IN CONTEMPORARY: REVISITING
ROBERT CASTEL**

ABSTRACT: *This paper discusses some recent theoretical achievements about the world of contemporary work and seeks over all to answer two questions proposed by José Ricardo Ramalho e Marco Aurélio Santana, in their paper entitled Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social (Workers, syndicate and new social issue), which approaches the news meanings of work. For this purpose making reference to the analytic approach of Robert Castel, especially his work entitled Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário (Metamorphoses of the social question: a chronicle of the wage), in dialogue with researches on the same subject. The very meaning of work is brought into discussion on account of some features that reflect the recent dynamics of flexible capitalism.*

KEYWORDS: *New social issue. World of labor. Robert Castel.*

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- MARGLIN, S. A. Origem e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os patrões? In: GORZ, A. (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1996. p.37-77.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. (Mundo do Trabalho).

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: _____. **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p.64-71. (Mundo do Trabalho).

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2009.